

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 29.12.2005

Ponto 4. **ACÇÃO SOCIAL**

. Participação no RSI - Rendimento Social de Inserção

. Apoio a Obras em Habitação Degradada

. Propostas

4.1.

4.2.

Ponto 5. **ACÇÃO SOCIAL / REDE SOCIAL**

. Rede Europeia Anti - Pobreza/Portugal (REAPN)

Projecto de Investigação “O Impacto do (Des)emprego na Pobreza e Exclusão Social no Distrito de Coimbra”

. Protocolo de Cooperação

Ponto 6. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA**

. Zona Industrial de Soure - Alteração do Plano de Pormenor

. Apreciação

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

Ponto 7. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . Parque Eólico de Degracias e Rabaçal

Ponto 8. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . ALCATROAMENTOS NOVOS
- . Estrada Feixe/Casal dos Bacelos - 2.ª Fase
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 9. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS
- . Freguesia de Pombalinho - Sabugueiro
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 10. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . RECARGAS
  - . Homologações de Autos de Recepção Definitiva
- 10.1. Arruamentos na Freguesia de Samuel
  - 10.2. Arruamentos na Freguesia de Pombalinho - Malavenda e Cabeça da Corte
  - 10.3. Arruamentos na Freguesia de Pombalinho - Sabugueiro

Ponto 11. **RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIO**

- . Agrupamento de Escolas de Soure
- . Acordo de Cooperação

Ponto 12. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO //2006**

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 1.ª/1.ª.

Ponto 13. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

O Senhor Presidente deu início à reunião referindo que iria prestar um conjunto de informações:

**\* CULTURA**

- No dia 10 de Fevereiro, estivemos no 2.º Aniversário do Grupo “Artes de Palco”, da Casa do Povo de Vila Nova de Anços; trata-se de uma secção cultural que tem vindo a revelar significativo dinamismo.

- No dia 18 de Fevereiro, a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, em representação do Município, esteve na Santa Casa da Misericórdia de Soure, no Concerto Comemorativo do 2.º Aniversário da Escola de Música, que integra um considerável número de alunos.

- No dia 19 de Fevereiro, os Senhor Vice-Presidente, Santos Mota, e a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, estiveram na Comemoração do 25.º Aniversário da Associação Social, Recreativa e Cultural da Pouca Pena.

**\* DESPORTO**

- Nos dias 17 e 18 de Fevereiro, o Senhor Chefe de Gabinete, Américo Nogueira, a convite da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, esteve presente no Congresso Nacional do Desporto.

- No dia 18 de Fevereiro, o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, a convite da Junta de Freguesia de Tapeus, esteve numa Montaria aos Javalis.

**\* SAÚDE**

No dia 13 de Fevereiro, estive no Governo Civil do Distrito de Coimbra a propósito de uma exposição promovida pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da A.R.S., Prof. Doutor Fernando Regateiro, sobre as novas políticas de saúde. Foi uma reunião sobre aspectos gerais, até porque situações que preocupam cada um dos municípios serão tratadas/debatidas numa reunião individual, município a município. Esteve também subjacente toda aquela polémica que tem vindo a ser levantada sobre o eventual encerramento dos serviços de atendimento permanente e constatou-se que existe a possibilidade de, praticamente

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

em todo o distrito, esse serviço poder vir a encerrar das 20,00h às 08,00h da manhã, dado que os dados estatísticos apresentados evidenciam um atendimento neste período de, apenas, 0 a 8 pessoas.

\* URBANIZAÇÃO E URBANISMO

No dia 18 de Fevereiro, estive presente na inauguração/abertura da Casa Paroquial de Vila Nova de Anços, sessão que contou com a participação de muitos Vilanovenses e que teve a particularidade de ser presidida por S. Exa. Reverendíssima, o Bispo de Coimbra, D. Albino Cleto.

\* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- No dia 21 de Fevereiro, estive numa reunião no Instituto de Emprego e Formação Profissional com o Senhor Delegado Regional, Dr. Nunes da Silva, com o Coordenador da Sub-Região Distrital da Segurança Social e com um Representante dos Sindicatos. O objectivo desta reunião visou, na prática, preparar de forma estruturada a entrada em funcionamento de uma nova unidade industrial resultante de um significativo investimento de um Grupo Espanhol no nosso Concelho. Nós pensamos que, a serem criados cerca de 100 novos postos de trabalho, importará sermos capazes de ajudar a promover um conjunto de acções de formação dirigido a esses trabalhadores. Daí esta reunião com estes parceiros para que tal seja estudado atempadamente... para que a própria empresa que vai fazer um investimento vultuoso possa ter, da parte da Câmara Municipal, a oferta de um conjunto de elementos informativos no que toca aos estímulos fiscais e parafiscais existentes.

- Dizer-vos que nesta semana foi emitido o alvará, depois do correspondente deferimento de um processo, que diz respeito a um investimento de  $\approx$  um milhão e meio de euros no Concelho, que irá criar, dentro de alguns meses, cerca de trinta novos postos de trabalho... este processo tem a ver com a “evolução” do Ecomarché para Intermarché. Concretizando, em Junho de 2005, emitimos parecer favorável à localização; em Julho de 2005, a Comissão Municipal de Soure, constituída nos termos da lei, autorizou a instalação do estabelecimento de comércio com essas características; em Dezembro de 2005, entrou o pedido de autorização para a realização de obras de ampliação, pedido esse que foi aprovado em 03 de Fevereiro de 2006.

- No dia 20 de Fevereiro, após convite de um conjunto de empresários do Concelho de Soure, estive presente/assisti a uma reunião que teve lugar no Auditório da Biblioteca Municipal... aliás, também nela estiveram presentes, o

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

Prof. Fernando Martinho, e representantes da ACIC. A certa altura, porque para isso fui convidado, usei da palavra... evidentemente, não me pronunciei sobre questões que os empresários debateram uns com os outros, em termos de metodologia organizativa -- se vão tentar ou não reavivar/activar, porque parece que tem estado parada, a Associação de Empresários de Soure, se vão constituir um Núcleo da ACIC - - , tendo-me limitado a dar-lhes nota do seguinte: independentemente das decisões que, enquanto tal, os empresários viessem a tomar, da parte da Câmara Municipal importava informar que tínhamos tido uma reunião em Dezembro com a ACIC, - da qual eu já vos tinha dado nota - e que na sequência da mesma iríamos promover a abertura, em parceria, de um gabinete de apoio ao investidor tendo em vista prestar um conjunto de informações dirigidas à apresentação de candidaturas para co-financiamentos de investimentos.

\* COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

Foram concluídos na semana transacta um conjunto de investimentos, designadamente, recargas de arruamentos e ligações no Piquete, Gesteira e Cercal, na Freguesia da Gesteira.

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “para já, a minha satisfação, em nome da C.D.U., pelo entendimento e acordo com diversas entidades que têm como objectivo dar formação a pessoas que se encontram desempregadas, que poderão melhorar e ter uma nova possibilidade de vida nesta nova empresa Espanhola que vai aparecer na Zona Industrial; também em relação à criação do gabinete de apoio ao empresário, penso que é um aspecto extremamente importante, se olharmos para o tecido empresarial do Concelho de Soure, verificamos que terão grande dificuldade em encontrar a informação que lhes é dirigida.

Começava por abordar a questão da visita que a C.D.U. realizou, com os seus eleitos, a Vila Nova de Anços e gostaria de apresentar um conjunto de questões que irão ser apresentadas amanhã na Assembleia Municipal, pelo Grupo Parlamentar da C.D.U. e começava pelo atapetamento da rua “Del Rei”. Falei com um conjunto de moradoras que estavam na Junta de Freguesia para conversar comigo; foi uma rua que visitei e realmente tem casas com recuperação muito interessante e outras de construção nova mas a rua encontra-se em péssimo estado.

Depois gostava de falar sobre o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Soure. Pensamos que é urgente tocar nesta questão, que no que toca a sinais de

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

trânsito, quer no que toca a disciplinar o trânsito na Vila de Soure e em todo o Concelho.

Quanto ao Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, da consulta que fiz à lei, sei que é a Câmara Municipal que deverá elaborar este Regulamento mas depois será aprovado em Assembleia Municipal; será constituída uma Comissão para elaboração do Regulamento cujos elementos são o Presidente de Câmara ou o Vereador do Pelouro, um representante do Departamento de Obras e Urbanismo representado pela Câmara Municipal, representantes, para o efeito, das Juntas de Freguesia, onde cada Freguesia terá um diferente, um representante dos C.T.T., e um representante da G.N.R. no Concelho.

Em Soure, em conversa com alguns Municípes, foi colocada uma questão que tem que ver com o estacionamento na rua S. João de Deus, junto à “Pastelaria SoureDoce”. É um estacionamento que tem um lancil em cimento; o proprietário da pastelaria disse-me que há pessoas que ali estacionam trancando a saída. O que eles propõem é que o lancil seja retirado, havendo a possibilidade de se fazer um estacionamento em espinha.”

Interveio o Senhor Presidente dizendo o seguinte: “relativamente à questão que levantou de Vila Nova de Anços... é um dos três investimentos, de todos os que foram adjudicados o ano passado, que ainda não estão realizados. Esta zona de Vila Nova de Anços constituía ainda uma “pequena ilha” que estava a trabalhar com fossa céptica, estando nós já a fazer a ligação à Etar de Vila Nova de Anços e isso retardou o atapetamento. Neste momento, a informação que tenho é de que essa intervenção, em termos de Saneamento Básico, já está concluída.

Regulamento Municipal de Trânsito de Soure... foi revisto no último mandato, com a participação da G.N.R., da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, das Escolas de Condução e dos Autarcas Eleitos. Poderá carecer de nova revisão porque, na altura, ela foi dirigida, apenas e só, para corrigir um conjunto de pequenas questões que estava menos bem. Esta questão da revisão dos Regulamentos de Trânsito faz-se sentir com maior acuidade exactamente nas zonas com maior densidade urbana... Soure é uma delas e a outra é Granja do Ulmeiro. A Assembleia de Freguesia de Granja do Ulmeiro aprovou uma proposta, dando-nos nota que gostaria que apreciássemos, em sede própria, Câmara Municipal, a revisão ou aprovação de um Regulamento de Trânsito para a Granja do Ulmeiro, com base naquilo que era o conjunto de sugestões/propostas que nos fizeram chegar. O Dr. Marcus Tralhão elaborou uma proposta jurídica que diz que cabe à Câmara Municipal mas eu solicitei que os técnicos da Câmara, mais ligados à Área de

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

Urbanização e Urbanismo, Eng. Mário, Evaristo e o Chefe de Gabinete Américo Nogueira, se pronunciassem também... assim, será, na base da proposta que a Assembleia de Freguesia da Granja do Ulmeiro aprovou, por unanimidade, “condimentada” com a avaliação dos serviços técnicos da Câmara Municipal, que teremos oportunidade de nos pronunciar sobre a mesma.

Quanto àquilo que referiu em termos de Toponímia e do exemplo de comissão que deu, estou convencido que, nas zonas mais densamente povoadas, ainda durante este primeiro semestre, se verificará um alargamento na rede de cobertura em termos de números de polícia, nem que isso seja feito com apoios da Câmara Municipal naquilo que são os protocolos de descentralização que temos vindo a aprovar. De qualquer maneira, reconheço que em momento algum me foi sugerida a possibilidade de apreciarmos um Regulamento Municipal de Toponímia; a questão nunca me tinha sido colocada nessa perspectiva, vou avaliá-la tentaremos encontrar uma forma de podermos avançar nesse sentido de forma a facilitar e garantir que as entregas ocorram com solidez e segurança.

Questão do estacionamento junto ao Tribunal..., as pessoas têm a tendência de estacionar mesmo ao lado da pastelaria... a pastelaria e aquele conjunto de lojas estão num cruzamento, que é o cruzamento para a variante e para a Avenida Neuville de Poiteau e o que acontece é que, para já, o espaço que referiu é utilizado como estacionamento sem qualquer tipo de disposição... vou insistir para que me tragam soluções alternativas para, em conjunto, tentarmos perceber qual é que, apesar de tudo, garantirá o equilíbrio possível entre o estacionamento que os lojistas querem que lá exista e a segurança que tem que existir porque de facto se trata de um cruzamento com bastante movimento.

Uma das questões que foi levantada na última reunião de Câmara pelo Senhor Vereador, Dr. Carlos Páscoa, tinha que ver com a rotunda junto à Escola Secundária... dentro daquilo que tem vindo a ser o trabalho, por administração directa, dos nossos serviços, de garantir a drenagem com tubagem, foi entendido, em termos de solução técnica, que não seria de colocar raios de protecção, seria de garantir drenagem até à estrada que vai para S. José do Pinheiro e nivelar... portanto, problema resolvido.

Esclarecer que numa reunião mantida, já no período que mediou entre a última reunião e a de hoje, quer com o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, quer com o Técnico Evaristo Duarte, sobre a questão do aquecimento na Biblioteca Municipal... é um facto que o aquecimento a gás não estava a funcionar bem e por isso foi desactivado; não é menos verdade que essa solução se tinha revelado dispendiosa e durante o período de suspensão do meu mandato a questão foi

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

levantada, tendo o então Presidente em Exercício determinado que se promovesse a substituição do aquecimento central a gás por gasóleo.”

Interveio o Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos dizendo: “gostava de começar a minha intervenção felicitando a A.P.P.A.C.D.M. de Soure e o seus atletas pela brilhante prestação que tiveram no passado dia 05 de Fevereiro nos Campeonatos Nacionais de Remo Indoor. Se os resultados que consultei no site da respectiva Federação, estão correctos, obtive através de três atletas as seguintes classificações: uma revalidou o título de Campeã Nacional que já detinha, um Terceiro Lugar e um Vice-campeão, portanto, uma instituição do Concelho que enalteceu o Concelho de Soure a nível Nacional.

Relativamente à Comissão para estudo da proposta a apresentar/sustentar este ano as taxas do IMI, gostava de perguntar ao Senhor Presidente, se já há datas para a realização da primeira reunião.

Um outro assunto refere-se ao mau estado de algumas valetas. Este fim de semana, o tempo esteve mau, tendo chovido com bastante intensidade, e a valeta da Rua Dr. Delfim Pinheiro piorou porque quando chove a água corre ali com bastante força. Penso que está prevista para aquela via uma intervenção profunda, mas, e uma vez que aquela via tem muito tráfego de peões que vão apanhar o comboio ao apeadeiro de Montemor, seria bom efectuar ali uma pequena intervenção que precavesse algum acidente, nomeadamente a queda de uma pessoa ou uma criança para a valeta, que nalgumas zonas tem mais de 1 metro de largura e profundidade. E foi só pela gravidade da situação que voltei a trazer este assunto novamente.

Gostaria ainda de saber se já há alguma data mais concreta e definitiva para a abertura ao trânsito da Ponte de Alfarelos porque, tanto quanto me é dado observar no local, parece-me que não será possível que a abertura ocorra na data que o Senhor Presidente nos disse na última informação, que seria fins de Março.

Para terminar, uma outra situação prende-se com o acesso ao novo Quartel da G.N.R. de Soure. Quem ali se deslocar de carro para tratar de algum assunto terá que estacionar no parque que foi construído para o efeito, na zona do Quartel, e depois terá que se deslocar a pé tendo duas opções: uma será a utilização da estrada, com o perigo que daí advêm, outra alternativa será utilizar passeio existente entre o parque de estacionamento e entrada para o Quartel, o qual não se encontra nas melhores condições, principalmente quando chove.”

Interveio o Senhor Presidente dizendo o seguinte: “relativamente à A.P.P.A.C.D.M. de Soure felicito-o pela lembrança... por vezes o Senhor Vice-Presidente, por razões óbvias, terá alguma dificuldade em falar disso, e de tal maneira nos temos



*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

habituação a estes resultados de Campeões Nacionais que isso quase parece vulgar, mas não é!!! portanto, penso que devemos aprovar uma proposta de voto de louvor por estes brilhantes resultados, mais uma vez alcançados em provas nacionais.

Quanto ao IMI tem toda a razão, a Senhora Vereadora da C.D.U. tem vindo a insistir e eu volto a insistir com os serviços para marcar uma reunião para a próxima semana.

Relativamente à Rua Dr. Delfim Pinheiro, esta rua só não foi ainda intervencionada, quer em termos viários, quer em termos pedonais, por uma razão, tem largura mas é uma das poucas em que as adutoras têm mais de dez anos. O que está programado e aprovado em Plano Plurianual de Investimentos para este ano, é que seja feita a remodelação da rede de águas e depois interviremos, quer em termos de valetas, quer em termos viários. Neste momento, não faria sentido que tivéssemos qualquer intervenção nessa rua sem resolvermos previamente a questão da remodelação da rede de água.

Acesso ao quartel da G.N.R.... se sairmos da Vila de Soure a pé para o lado de Coimbra verificamos que, a partir de determinado momento, quando se chega ao Bairro Pré-Fabricado a iluminação deixa de ser subterrânea e depois, mais adiante, junto às bombas, volta a ser subterrânea. A E.D.P. desenvolveu um projecto para que esse bocado fique também com iluminação subterrânea... tirando os dez metros da entrada do Quartel da G.N.R. que já estão em passeio, os outros estão ainda com “sarrisca”, exactamente para dar tempo de que substituam a iluminação aérea por subterrânea, e só depois será colocada a calçada.”

Interveio o Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “na última reunião aprovámos, e bem, no meu entender, um apoio a um Grupo Folclórico para se deslocar ao Estrangeiro, em representação do Município. Acho que tudo o que seja divulgar o Município é por nós acarinhado. Na altura, perguntei ao Senhor Presidente se havia alguma estratégia definida para a divulgação “entre muros e extra muros” do nosso Concelho e o Senhor Presidente respondeu, como todos tiveram oportunidade de ouvir mas, no entanto, esta semana ocorreu uma situação que me chamou atenção, e que eu não podia deixar aqui de partilhar convosco. Ao deslocar-me, por razões profissionais, à Câmara Municipal de Penela, num expositor encontrei um folheto da Região de Turismo do Centro e, ao folhear, verifiquei que havia muito pouca informação sobre o Concelho de Soure e ocorreram-me duas questões: a primeira é, ou não acontece nada em Soure, nós sabemos que não é verdade, ou então é porque a informação não chega à Região de Turismo e eles não a podem divulgar.

A imagem que é dada do Concelho não é muito boa, naquele folheto. Gostaria que, em futuras ocasiões, fosse feito algum esforço para que nessa “brochura” também viesse divulgado o Concelho de Soure, aquilo que vai acontecer no nosso Concelho, Restaurantes, Gastronomia e Hotelaria...

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

A estratégia de divulgação deve passar também por estes instrumentos que são colocados à disposição do Município e que nós temos obrigação de utilizar.

A outra questão, era uma sugestão. Sabendo nós que o Posto de Turismo, por vezes, está fechado por impossibilidade da funcionária estar presente, por motivos pessoais... que no átrio da Câmara Municipal, que é uma zona de passagem de pessoas, houvesse um expositor, até porque existe um funcionário que poderá controlar esse expositor, onde a informação mais significativa do Município pudesse estar a disposição, não só dos Municípios que se deslocam à Câmara Municipal mas também de outras pessoas que nos visitam e que necessitam de informação, para melhor conhecer as nossas potencialidades.

Relativamente ao Associativismo Empresarial, dar nota do seguinte: o Senhor Presidente referiu que eu tinha estado presente. De facto estive presente na qualidade de convidado porque me interessam essas questões. Gostei da reunião porque, de facto, houve uma grande mobilização dos empresários do nosso Concelho de áreas diversificadas, o que mostra interesse, não só pelos incentivos que o Governo vai disponibilizando para os nossos Empresários, mas também porque manifestou algum interesse na faceta associativa. A questão que eu achei que não foi tão positiva, foi o facto de não se estar a potenciar o associativismo interno, isto é, o nosso associativismo. Sei que quem esteve a dinamizar a reunião é o Vice-Presidente da Associação Empresarial de Soure, o Eng.º Lopes, no entanto penso que a solução encontrada tem que passar também pelo associativismo dentro do próprio Concelho e não só pela existência de dois Delegados dos Associados da ACIC do Concelho. A especificidade do nosso Concelho, e da Vila de Soure, carece que os nossos empresários se associem e que depois também se possam associar à ACIC, mas que tenham uma voz mais audível. Como todos sabemos, a nível nacional e a nível europeu, é sempre importante haver um interlocutor local que nos possa apontar soluções para os problemas que eles próprios vivem, portanto esta forma de participação, que nós entendemos importante, deve ser aqui potenciada. Também registo com agrado a presença do Senhor Presidente da Câmara verificando o interesse por esta dinâmica e pela potenciação de algumas linhas de financiamento que entretanto foram divulgadas, como é o caso do PROCOM.

Outra nota que eu queria dar é relativamente ao encerramento de alguns serviços públicos. Falámos, na última reunião, do encerramento de alguns estabelecimentos de Educação. Eu acho que o caminho certo é uma reflexão profunda, tentando encontrar as melhores soluções que sirvam, não só as crianças, mas também as famílias e o próprio Município. Falamos hoje sobre a Saúde, e a este respeito, quero

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

dizer que, independente dos Governos que estejam, ou da cor partidária dos mesmos, há uma razão que nós não podemos pôr em questão que é o supremo interesse dos cidadãos, portanto, tudo o que seja pôr em risco a saúde e o bem estar dos nossos cidadãos, nós devemos ser contra. Acho bem que se façam reuniões, que encontremos as soluções mais adequadas, evidentemente que nos preocupa o encerramento do SAP em Soure, se isso vier ocorrer, tanto mais que a saúde é daquelas situações onde nós não podemos prever o que nos vai acontecer... Como isto são situações de imprevisto e que mexem muito perto com todos, não só com o utente, mas também com círculo familiar que o rodeia, entendo que tudo que o Senhor Presidente e esta Câmara fizerem no sentido de minimizar os riscos e promover bem estar dos cidadãos, deve ser, e é por nós de certeza, apoiado nessas circunstâncias. Sei que é só da 24,00 h às 08,00 h que o SAP está previsto encerrar, todavia quero relembrar uma questão, cada vez mais as famílias trabalham fora e cada vez mais os pais ou os encarregados de educação ou as pessoas que tem a cargo alguém, se deslocam ao médico depois do trabalho. É nessas alturas que nós mais precisamos dos serviços.

Relativamente à formação, o Senhor Presidente falou, e muito bem, todos nós achamos que a formação é fundamental e o investimento que aqui vai ser realizado tem que ser acompanhado devidamente pela formação, no entanto eu quero aqui deixar uma ressalva, neste momento o Concelho de Soure, tem um conjunto de instituições que já se dedicam a formação, instituições acreditadas pelo INOFOR e que têm dado provas da sua capacidade de formação e na sua capacidade de dar instrumentos que permitam às pessoas, em situação de maior debilidade, de se integrarem no mercado de trabalho. Penso que o trabalho que estas instituições estão a realizar, e já realizaram, não pode deixar de ser tido em consideração. Por outro lado, há muita gente que já fez formação também ao nível Básico, ao nível II da União Europeia, o equivalente ao 9.º ano, portanto, necessitam de maior formação. Há uma bolsa de formandos que, entretanto, foram aperfeiçoando as suas competências, que nós devemos aproveitar, para que os possamos integrar alguns deles estão desempregados, no mercado de trabalho. A minha sugestão era que, não obstante essas reuniões que o Senhor Presidente fez com o IEFP, a Delegação Regional e o Centro Distrital de Segurança Social, também possam ser ouvidas estas instituições que têm um “know-how” que não deve ser desperdiçado.

Gostaria de recordar que, dia 08 de Março é o Dia Internacional da Mulher. Não só pela condição de mulheres, mas porque o grupo de mulheres continua a ser um grupo com alguns desequilíbrios na sua plena integração na sociedade, um grupo que sente hoje mais problemas de exclusão social e de integração social. Por isso

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

penso que era importante que a Câmara Municipal fizesse aqui um voto de louvor a todas as mulheres pelo esforço que fazem no dia a dia, enquanto mulheres, e também enquanto mães porque são elas que, de alguma forma, trazem ao mundo as gerações vindouras.”

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “relativamente à primeira questão que abordou, em termos de sugestão de estratégia de divulgação, penso que se terá referido a um qualquer folheto com periodicidade mensal, porque naquilo que são os folhetos desenvolvidos anualmente, de forma estruturada, e mesmo para o site da Região de Turismo do Centro, normalmente há um espaço que é igual para cada Concelho e há um conjunto de itens predefinidos, em termos de caracterização concelhia. De qualquer forma, o que quer que seja, deverá ser objecto de uma reunião de avaliação entre a Câmara Municipal e a Região de Turismo, no sentido de se perceber quais são os critérios subjacentes à edição desse tipo de elementos de divulgação com periodicidade mensal. Aproveito para vos dizer que, a curto prazo, teremos a apresentação do site do Município do Concelho de Soure, aberto ao funcionamento e com janelas de oportunidade em termos de interactividade.

Quanto à reunião de empresários em que também estive presente como convidado... percebo o que disse, quando disse que gostou e não gostou, mas compreenda que, uma coisa poderá ser a sua posição pessoal ou a minha posição pessoal, em termos de estratégia dos empresários, mas eu entendo que era importante que se dissesse que a Câmara Municipal não se quer substituir à dinâmica, ou à falta dela, dos empresários, nem à sua autonomia de decisão. Penso que a Câmara Municipal, em definitivo, não deverá ignorar a falta de informação, que não é do médio nem do grande empresário porque esses têm os seus canais próprios que advêm da sua dimensão, do chamado pequeno empresário, que muitas vezes faz pequeno investimento que era co-financiável a 35% ou 40% e não faz esse aproveitamento porque não teve acesso à informação. Nessa perspectiva, parece-me que, neste momento, não há qualquer conflito entre a Câmara Municipal e a Associação de Empresários de Soure porque ela está, para todos os efeitos, inactiva e do que se trata é de garantir, em parceria, essa informação; portanto, a Câmara Municipal não está a tomar qualquer atitude de posicionamento estratégico, essa estratégica não nos diz respeito, acompanhamo-la e seremos parceiros quando convidados para tal, no que quer que seja, que contribua para o desenvolvimento do Concelho mas é evidente que, neste domínio, parece-me que seria de todo em todo de potenciar e aproveitar a parceria com a ACIC para criarmos o gabinete.

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

Saúde, encerramento de alguns serviços..., compreendo que, numa ambiência macroeconómica de contenção, se tenha de fazer uma análise também economicista mas tive o cuidado de dizer que me parece que, no domínio da saúde, o economicismo é instrumental, mas nunca pode ser, nem princípio, nem meio, nem fim. A minha leitura política sobre Saúde, naquilo que possa vir a ser posição do Concelho de Soure sobre isto, é que compreendo os argumentos de natureza economicista mas acho que devem ser usados em todas as áreas menos, exactamente, na Saúde. O Senhor Vereador disse e bem, nós até podemos ter uma estatística que vão lá “meia dúzia” de utentes mas a questão é esta, não podemos estar a partir do pressuposto que ninguém vai precisar só porque em média há um reduzido número que precisa... agora, se formos abalados por uma orientação nacional, onde não consigamos ser excepção à regra, ao menos que se minorem aquilo que porventura possam vir a ser os contratempos, as contrariedades em termos de incomodidade de uma medida dessa natureza. Compreendo e subscrevo as preocupações, não tenho que defender nem este Governo, nem nenhum em particular...

Relativamente à formação dirigida, aos futuros trabalhadores desse Grupo Espanhol, posso adiantar ao Senhor Vereador que, depois de definidas as linhas mestras da formação a implementar ao longo deste ano, se percebermos que as instituições creditadas existentes no Concelho têm condições para o fazer, é evidente que seremos os primeiros a dizer ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, que tal deve ser potenciado e aproveitado. Neste momento ainda estamos a sensibilizar o próprio Instituto para não perder de vista que queremos desenvolver este tipo de aproveitamento programático.

Quanto ao Dia Internacional da Mulher penso que podemos reflectir sobre isso... sugeria que pensássemos no assunto e viéssemos a aprovar um conjunto de iniciativas concretas.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “fazer um voto de louvor às mulheres, em sinónimo deste dia, acho bem. É uma situação onde ainda há um trabalho muito grande a fazer e ao assinalar este dia, estamos a tentar sensibilizar as pessoas para esse trabalho, evidentemente que há quem seja apologista que estes dias não servem para nada mas, pelo menos, aproveitamô-los da melhor forma...”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “gostaria de comentar esta questão do Dia Mundial da Mulher dia 08 de Março porque, enquanto membro da Assembleia Municipal, apresentei e abordei esta questão sob a forma de Moção. Não foi sua intenção, Senhor Vereador, dar louvor à mulher ou de criar diferença

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

entre homem e mulher, o que se trata é precisamente o contrário, é a luta contra a discriminação, a luta pela igualdade de direitos... mais importante do que isto é, efectivamente, que as políticas que vêm dos Governos dêem possibilidade às mulheres de terem igualdade, de usufruírem os mesmos meios que os homens têm, portanto, mais importante do que realmente comemorar o Dia da Mulher em palavras é, na prática, permitir que elas se realizem plenamente. Quando estamos no Governo, devemos pensar em leis que dignifiquem ser mulher neste País.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “ por mim aboliria o Dia Internacional da Mulher. Normalmente, estes dias comemoram os extractos frágeis e vulneráveis e eu gostaria que a mulher não fosse considerada como alguém vulnerável e frágil, porque a mulher realmente é forte, é o símbolo da força, é ela que dá continuidade à humanidade e, quando quer, consegue aquilo que os homens também conseguem. As mulheres, acima de tudo, têm que gostar de ser mulheres e assumirem a sua força e aquilo que fazem e que gostam de fazer nos mais diversos campos de actuação.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “Senhor Presidente, não cuido que seja este o momento adequado para falarmos de estratégias de fomento empresarial. É sabido que temos algumas diferenças de ponto de vista nomeadamente em relação a essa mesma estratégia utilizada no Concelho por causa dos últimos comentários que o Senhor Presidente e o Senhor Vereador fizeram sobre essa reunião de empresários, no Concelho de Soure. Disse que não se ia envolver nas estratégias dos empresários, concordo consigo, e comungo dessa hipótese. Sendo Vossa Excelência um Autarca, sendo eu um Autarca, acho que não devemos estar aqui a pronunciar-nos sobre as estratégias que os empresários têm sobre desenvolvimento do Concelho, devemos transmitir-lhes aquilo que é a nossa opinião, os nossos entendimentos sobre a matéria. Se me permitisse, porque não fui convidado e não pude pronunciar-me sobre a própria reunião, já que não sou empresário do Concelho de Soure, o que me oferecia dizer sobre o assunto “empresas” é que entendo que o esforço que Vossa Excelência está a empreender, no sentido de conseguir criar condições para que ao nível da formação dos desempregados e da possibilidade de o novo empreendimento de origem Espanhola poder assimilar um conjunto interessante de desempregados, acho que todas essas acções devem ser de salientar e de valorizar.

O Governo da República, através do Senhor Primeiro Ministro, anunciou, aquando das Eleições Legislativas, que iria tentar encontrar soluções para 150 mil novos

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

empregos em Portugal mas acho que estamos a assistir a 150 mil novos desempregos em Portugal. O desemprego sobe, o desemprego não sobe, portanto, a partir do momento em que se constata que alguns empreendimentos no país, e também no Concelho de Soure, podem conseguir assimilar um conjunto razoável de desempregados, acho que, como político, e cidadão, devo salientar essa situação. Esse empreendimento Espanhol, na Zona Industrial de Soure, é um investimento que pode ser importante para o Concelho ao criar postos de trabalho, favorecendo as famílias de Soure.

Numa das últimas reuniões disse que esta indicação, de novos investimentos no País, eram números políticos que discordava, portanto, se essa fábrica for construída, no dia da inauguração, não sei como é que vai impedir que algum Dirigente Político Governamental possa vir cá para fazer o seu número político.

Queria deixar-lhe o seguinte repto nas Eleições Autárquicas, o Povo de Soure entendeu que Vossa Excelência devia ter três representantes e nós também, isso pressupõe que a esmagadora maioria da população de Soure votou nas duas Candidaturas protagonizadas por si e por mim e saliento o esforço e a votação que teve a Senhora Vereadora da C.D.U.

De facto, a população de Soure revê-se naquilo que foram as nossas duas Candidaturas, por isso, sendo comum no País que entre dirigentes partidários, entre Primeiro Ministro e Oposição existam muitas vezes a possibilidade de “criação de pacto de regime”, não querendo aplicar uma figura dessa natureza àquilo que é um Município, nomeadamente o Município de Soure, queria deixar a possibilidade de haver um pacto de entendimento, em relação a políticas que sejam imprescindíveis para o desenvolvimento do Concelho de Soure.

Aquilo que queria deixar hoje com o repto da nossa bancada, é que estamos disponíveis para colaborar em iniciativas concretas, em configuração de documentos que permitissem que, nomeadamente, ao nível do Desenvolvimento Económico, seja ele ao nível da fixação de empresas, de apoio a empresários, de criação de emprego, seja ao nível da alteração do PDM, ao nível de políticas de Educação e Saúde, que pudéssemos, em conjunto, tentar encontrar metodologias e soluções para problemas que possam afligir o Concelho de Soure. Estas quatro áreas, que para nós são basilares, são importantes, em que a democracia se revê e em que o desenvolvimento de uma população tem que se rever, são da nossa parte matérias que colocamos à inteira disposição para atitudes de entendimento, entendimento esse negociado/divulgado à população do Concelho de Soure. Por último, queria dizer-lhe que, no âmbito da anunciada visita às freguesias, iremos empreender, a partir de 11 de Março, uma visita à freguesia de Pombalinho,

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

percorrer todas as freguesias, contactando com o tecido educativo, empresarial, económico e político, no sentido de fazermos a avaliação da situação da respectiva freguesia e depois, naturalmente, podermos trazer os assuntos à reunião de Câmara.”

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “quando eu referi que a Câmara Municipal não se envolveria em estratégias empresariais, estou a dizer que a Câmara não se envolverá e não faz sentido que o faça, em estratégias empresariais viradas para a organização interna da classe... agora se forem estratégias empresariais para o desenvolvimento do Concelho, aí teremos que avaliar até que ponto elas são ou não coincidentes, porque o desenvolvimento do concelho não é apenas aquilo que a classe empresarial entende por bem.

Na questão da formação, concordou/valorizou... mas convirá explicitar que esta formação dirigida é para desempregados, mas não no sentido redutor do desempregado que foi despedido duma empresa que fechou... é para o indivíduo que está livre, em geral.

O Senhor Vereador fez um conjunto de comentários sobre o Governo da República, as Eleições Legislativas, novos empregos... eu, desta vez, fui Candidato Independente, mas, enquanto Presidente de Câmara, sempre procurei evitar fazer “grandes” comentários sobre políticas nacionais... mas, quanto ao que o Senhor Vereador diz sobre os desígnios do actual Governo, limito-me a dizer que tudo aquilo que corra bem, em termos de governamentação central, é bom para o País e naturalmente para o povo do Concelho de Soure...

Perguntou-me como é que eu vou, quando ocorrer o início de funcionamento dessa nova empresa, evitar aquilo que eu terei denominado de números políticos, ou que alguém venha cá fazer o seu número político... sobre isso, adianto que terei todo o prazer em estar presente no início do funcionamento desta fábrica, com novos empregos e, se possível, fazer coincidir isso com o anúncio de um qualquer investimento público, e até com a inauguração simbólica do investimento desenvolvido nas infra-estruturas e arranjos urbanísticos da Zona Industrial de Soure.

Disse, também, que as últimas Eleições Autárquicas tiveram o resultado que tiveram, e basicamente partiu do resultado para manifestar abertura a entendimentos globais, quanto a políticas concretas, designadamente, nos domínios da Educação, Saúde, Urbanismo e Desenvolvimento Económico. Sobre isto, gostaria de dizer que vejo de forma positiva a abertura, mas há momentos para tudo, há momentos para divergirmos politicamente, para concentrarmos esforços mesmo



*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

assentes nalgumas divergências, naturais, em democracia e para podermos potenciar entendimentos abrangentes que melhorem as condições, não apenas nos domínios que referiu, mas em termos de continuarmos o desenvolvimento. Vejo com agrado essa disposição e devo dizer-lhe que responderemos com abertura, no sentido de, para além de discutirmos, caso a caso, propostas que vêm à reunião de Câmara, sempre que nos pareça que há um qualquer assunto concreto, que justifique a realização de reuniões prévias/preparatórias... estaremos disponíveis, colocando como sempre, o Concelho de Soure, em primeiro lugar, para apreciar/trabalhar com propostas multilaterais. A nossa disponibilidade para alargamento de abrangências saudáveis na definição de estratégias a trilhar, para resolvermos problemas que possam subsistir nos domínios que referiu e noutros, é total, e não faria sentido que assim não fosse. Devo dizer-lhe que, mesmo com outros resultados, quando estamos em democracia, devemos valorizar por igual a responsabilidade de governar e a dos que, não governando, devem acompanhar e colaborar com a governação; portanto, faz todo o sentido que a base seja de entendimento mas de entendimento naquilo que deva ser o caminho claramente mais aconselhável, em termos deste ou daquele domínio. Respondo à sua predisposição de abertura com idêntica abertura, em termos de entendimento multilateral nas propostas de solução que viermos a ter que encontrar e posteriormente aprovar.

Quanto à questão que anunciou, de que irá também iniciar uma visita às Freguesias, permita-me o seguinte comentário: acho muito bem que o façam, acho tão bem quanto achei que tenham visitado os serviços, porque entendo que a informação é o mais valioso capital, e se fizerem essas visitas às Freguesias, acredito que possam compreender o que está mal, a terem também a humildade de verem, porventura, o que é que está bem, o que é que está menos bem, para podermos, com conhecimento efectivo, continuar a discutir o Concelho mas, acima de tudo, em conjunto, equilibrando e desequilibrando as convergências e divergências, promovermos o desenvolvimento do Concelho.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “a propósito da nossa visita às Freguesias, referiu-se a um défice de informação. O que procuramos ter é um reforço de informação sobre aquilo que é a realidade das diferentes Freguesias. Quanto ao pacto de entendimento que aludi e que precisei em relação às áreas temáticas em que deveríamos trabalhar, o Senhor Presidente percebeu e respondeu de uma maneira que, porventura, não corresponde àquilo que eu disse, o nosso trabalho não se deve circunscrever a um tratamento casuístico das matérias que

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

vêm à reunião de Câmara... aquilo que existe, da nossa parte, é uma vontade, uma proposta séria e vossa excelência entendeu dessa forma e acreditará certamente que é verdade esse nosso propósito. As iniciativas a discutir, entre vossa excelência e a nossa bancada, são matérias que devem merecer uma análise ponderada, um aprofundamento das soluções a adoptar em cada caso, partindo do pressuposto que a política de desenvolvimento, a política aplicada no quotidiano do Município de Soure é, naturalmente, de vossa excelência. Aquilo que entendemos é que, em relação a determinadas matérias, as que invoquei, gostaríamos, se for esse o seu entendimento, de trabalharmos no sentido de que o que for feito seja feito, balizado por entendimentos a que possamos chegar e não no tratamento casuístico das matérias à medida que elas forem surgindo.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “entendi perfeitamente a abertura e julgo, sinceramente, que respondi com idêntica abertura dando nota de que estamos disponíveis para que, num conjunto de matérias, as que referiu e porventura outras, de termos reuniões para tratarmos as questões com maior profundidade e prepararmos bases multilaterais que possam surgir... agora, compreenderá que há questões de natureza metodológica que não são para ser discutidas, neste momento.

Registo a abertura e, naturalmente, que com a mesma positividade, porque primeiro está o Concelho de Soure, temos que saber ler os resultados democráticos e procurarmos conciliar divergências em termos de caminho a trilhar, mas tentarmos, acima de tudo, privilegiar o desenvolvimento do Concelho.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências**  
**2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 29.12.2005**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. -----*

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

**Ponto 4. ACÇÃO SOCIAL**

- . **Participação no RSI - Rendimento Social de Inserção**
- . **Apoio a Obras em Habitação Degradada**
- . **Propostas**

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “trata-se de conjugarmos esforços juntamente com a Segurança Social e as Juntas de Freguesias, naturalmente, com as próprias famílias no sentido de melhorarmos as condições de habitação de duas famílias, tendo como base as deliberações de Câmara de 13.12.2000 e de 18.03.2004, em que deliberámos comparticipar as obras neste tipo de habitação degradada até ao máximo de 2.500,00 euros.

As caracterizações sócio-económicas e familiares são feitas pela Segurança Social; avaliada cada situação, a própria Segurança Social comparticipa uma determinada verba e, caso essa verba não seja suficiente, solicita o apoio da Câmara Municipal.

Assim, no primeiro caso, o que se propõe é um apoio de 2.500,00 euros. Esta família já foi apoiada com 500 contos na reunião de Câmara de 13.12.2000 e verificou-se que as obras ainda não estão concluídas; trata-se de um agregado familiar composto por nove elementos, daí que é também uma habitação um pouco diferente. Agora, trata-se de uma segunda fase, isto é, tal como referíamos na última reunião, pode parecer que realmente este apoio não é substancial, no entanto, há sempre a possibilidade de aqui o trazermos mais uma vez para o reforçarmos.

O segundo é um caso em que é proposto um apoio de 2.350,00 euros que é a verba necessária para a conclusão das obras.

Trata-se de duas situações apoiadas pelo Rendimento Social de Inserção mas cada uma com valores, efectivamente, diferentes.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “estas são duas propostas concretas mas que têm, como pano de fundo, uma política que já pude explicar no final do ano anterior quando apoiámos algumas propostas no âmbito do que estava previsto no Plano de Actividades para 2005.

Agora, quando aprovámos a proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 2006, já prevíamos a manutenção destes apoios concretos, evidentemente, dentro de determinados limites. As caracterizações parecem muito claras... uma das questões que, aliás, foi colocada pelo Prof. Fernando Martinho que era a do limite, ao haver dois apoios prova-se que afinal a questão pode ser contornada... portanto, penso que devemos, naturalmente, aprovar as duas propostas concretas que estão em discussão.”

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “sobre estes dois documentos, que irei aprovar, parece-me que apesar do apoio das Instituições, o apoio e a sensibilidade, da Câmara Municipal, tenho que reconhecer que não é de agora. Esta família vai precisar de um investimento considerável tendo em conta os rendimentos e tendo em conta que as Instituições Bancárias não “dão” dinheiro, ganham dinheiro com empréstimo de dinheiro; isto levanta alguma preocupação na conclusão da obra e ontem estive a reflectir sobre a questão e não vejo hipótese, com os rendimentos que eles têm, de poderem concluir o resto do investimento que necessitam. Faço-lhe uma pergunta, poderá ser uma questão idealista, mas já agora e tendo em conta o mundo em que vivemos, haverá alguma hipótese de criar um Protocolo com uma Instituição Bancária para uma linha de crédito para situações destas, em que a Câmara Municipal faria o papel de garante da dívida, “fiador”; será que responsabilizando as famílias pelo pagamento, negociando taxas de juro muito favoráveis, prazos dilatados, isto sim, parece-me que seria uma forma de os ajudar muito mais eficaz e que poderia passar até a fazer parte de algo que a Câmara Municipal tem que construir porque temos que ter uma atitude preventiva no combate à pobreza embora seja muito importante a resolução dos casos que nos aparecem que têm a ver com a política de combate camarária à pobreza. Será que isto não é uma questão que deveríamos pensar bem e apoiar?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “percebo as considerações que foram feitas pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, que colocou dois tipos de questões. Por um lado, tratando-se já de uma segunda fase de apoios, quer da Segurança Social, quer da Câmara Municipal, verifica-se que remanesce uma falta de valor para o investimento para poder, minimamente, resolver as carências habitacionais desta família. A Câmara Municipal na ambiência existente, a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno em conjunto com a representante concelhia da Segurança Social, devem tentar priorizar um terceiro ou quarto apoio para fechar o processo. Esse é o caminho normal na ambiência que, para já, é a que existe. A outra questão que levantou é estruturalmente diferente. É, de uma forma paralela/cumulativa, a Câmara Municipal vir a aprovar um vector de política de Acção Social em que, nestes casos caracterizados pela Segurança Social, se assumiria como um fiador, mas não apenas como um fiador, um negociador com a banca que não tem uma lógica social, tem uma lógica comercial, no sentido de se poderem obter condições preferenciais para as famílias nesta situação. Isto levanta algumas questões, desde logo, de natureza jurídica até nos limites legais ao

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

endividamento, questões em termos de competência... é uma matéria que me parece que deva ser explorada, não para usar amiúde, mas para estes casos isolados de situações abaixo do limiar de sobrevivência em termos habitacionais. É uma questão para a qual não me sinto juridicamente preparado para lhe responder... o que lhe posso dizer é que percebo o alcance social da sugestão e que me parece que deva ser avaliado para podermos voltar a falar sobre ele com outro conhecimento de causa.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos continuou dizendo: “compreendo a sua resposta e percebo perfeitamente mas deixe-me complementar, dizendo-lhe o seguinte: os devedores seriam sempre as famílias, se calhar não são assim um número tão elevado; a Câmara Municipal teria o papel de fiador, logicamente, teria que haver aqui uma responsabilidade das famílias no cumprimento do pagamento da dívida. Mas há aqui uma questão, é que a Câmara Municipal reforça a possibilidade de que lhe seja emprestado dinheiro porque, pelas informações que todos nós temos, esta família corre o risco de não ter uma instituição de crédito que lhe empreste dinheiro, porque hoje as orientações que a banca tem para emprestar dinheiro, aquilo que exige às famílias que recorrem a empréstimos são coisas que eu não vejo nesta família com capacidade de obter, portanto, que a Câmara Municipal faça essa tentativa, era uma forma de resolver esta e outras situações pontuais.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “volto a dizer que percebo o alcance da sugestão que está a ser apresentada mas a Câmara Municipal tem que avaliar o contexto em que pode tomar esta atitude. Por mais que ela se justifique, devemos ser capazes de definir uma ambiência que deverá ser a de aplicar a casos similares que, apesar de poucos, possam sugerir neste domínio. A minha resposta é esta: vamos ter que predefinir uma ambiência, porventura, de colaboração aplicável a este caso mas que seja legalmente aplicável a outros casos concretos para não cairmos numa lógica de avulso que, de todo em todo, não é recomendável.

Está registada a sugestão, é uma avaliação que não me parece difícil, em termos jurídicos e económicos, vamos avaliar o impacto e ver quantos casos é que temos ainda deste género para podermos perceber a verdadeira dimensão deste tipo de questões e de como é que podemos/devemos, porventura, ir além da aprovação deste tipo de apoios de natureza excepcional.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “existem já alguns instrumentos de gestão da habitação, no âmbito do INH, que podem permitir esse

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

tipo de empréstimos, como é o caso do Solar H. Há bem pouco tempo, tive a oportunidade de participar num seminário, que eu próprio organizei, onde o INH fez um esclarecimento e convidámos as Autarquias e as IPSS's a estarem presentes nessa sessão de divulgação onde foram divulgados uma série de instrumentos que podem estar ao serviço das famílias nestes casos. É verdade que as limitações orçamentais são algumas porque o montante a atribuir não é muito elevado, no entanto, nestas famílias esse montante, às vezes, é o suficiente para se concluir... o que quero dizer é que há instrumentos que podem ser utilizados, assim os serviços a eles recorram porque eles, de facto, existem.

Relativamente às duas propostas, não posso deixar de tecer dois comentários, trata-se de duas propostas, no meu entendimento, diferentes. No primeiro caso, e nestas coisas acho que nós também, salvaguardando a privacidade das famílias, devemos identificar, no mínimo, algumas questões para que os jornais depois também esclareçam porque, há bem pouco tempo, saiu uma notícia sobre este primeiro caso nos jornais onde eles afirmavam peremptoriamente que não tinham sido apoiados por ninguém, o que não é verdade.

Não obstante isso, é uma situação que me preocupa e que nos deve deixar a todos sensibilizados, vou só dar um exemplo. É um caso que eu conheço perfeitamente por razões que todos conhecem e quando foi a questão da vacinação da meningite, há dois/três anos, esta família teve que fazer opções, não tinha dinheiro para comprar vacinas para todos os filhos e teve que fazer uma coisa que eu acho que é dramática, que é pensar quais são as prioridades de filhos a vacinar. Estas situações devem-nos tocar e devem “sair para fora” que é para nós percebermos como é que às vezes o Serviço Nacional de Saúde é indiferente a situações particulares, que não são tão particulares quanto isso. É uma situação que nós devemos apoiar, salvaguardando a questão que, as pessoas não podem ser pobres e mal agradecidas, acho que temos que reconhecer o esforço que tem sido feito pelas entidades, no sentido de lhes proporcionar algumas condições de habitabilidade.

No segundo caso, quero dizer que ao ver a proposta fiquei perplexo, por uma razão. É que também o conheço bem, o nosso conhecimento do Concelho pode não ser muito profundo mas é um conhecimento bastante grande. Nas últimas Eleições Autárquicas esta Senhora andou a apregoar que lhe iriam fazer uma casa de banho, isto são situações que às vezes nos deixam, a mim profundamente constrangido. A solidariedade deve ser um sentimento e um valor acima de qualquer outra coisa, de toda a forma as pessoas que são alvo da solidariedade devem ter alguma parcimónia na argumentação que utilizam para atingir os fins que legitimamente devem prosseguir.”

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “a caracterização social e económica, com base na qual as propostas são apresentadas, é feita pela técnica da IPSS mais próxima e pela técnica de serviço social com responsabilidades concelhias. Não sei quem é que lhe disse “*casa de banho em autárquicas...*”, quero-lhe dizer que não sei sequer quem é a pessoa, o que sei é que este tipo de propostas surgem baseadas numa avaliação em termos de caracterização social que não é feita sequer pelo Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal, é feita por serviços externos e a Câmara Municipal, naturalmente, manda verificar se assim é e a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno apresenta a proposta.

De maneira que, com a franqueza que também julgo que me caracteriza, não faz muito sentido o tipo de observação que fez porque pode deixar que se depreenda que porventura esta proposta não teria subjacente uma qualquer necessidade social mas sim uma necessidade social mesclada com qualquer tipo de aproveitamento político ou dessa natureza. Não podia deixar de fazer este comentário porque recuso liminarmente essa possibilidade, aliás, sobre esta matéria quero-lhe dizer que, mesmo em mandatos anteriores, praticamente nunca falei destes casos, em termos nominais, em órgão nenhum de comunicação social, houve sempre uma contenção enorme e devo dizer até que há algum desconhecimento generalizado deste tipo de apoios... Dir-me-á, “*mas às vezes há candidatos locais que*”..., não vamos trazer para aqui esse tipo de “mediocridade” argumentativa.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “de facto não quis pôr em causa a capacidade técnica nem o parecer técnico que está aqui subjacente, foi só um desabafo, e não pus em causa que foi o Senhor Presidente que fez a promessa mas não podia deixar de fazer este tipo de comentário.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “iria só reforçar que é feita uma caracterização sócio-económica pela Segurança Social. Este apoio da Câmara Municipal vem sempre complementar o apoio da Segurança Social, portanto, só apoiamos aqueles casos que a Segurança Social considera necessário apoiar. Aliás, há uma verba a atribuir pelo Rendimento Social de Inserção de 900,00 euros.”

4.1.

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----*

---

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

4.2.

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----*

---

**Ponto 5. ACÇÃO SOCIAL / REDE SOCIAL**

- . Rede Europeia Anti - Pobreza/Portugal (REAPN)  
Projecto de Investigação “O Impacto do (Des)emprego na Pobreza e Exclusão Social no Distrito de Coimbra”
- . Protocolo de Cooperação

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “o Núcleo Distrital de Coimbra da Rede Europeia Anti-Pobreza dirigiu um ofício ao Senhor Presidente do Conselho Local de Acção Social de Soure, no sentido de, como uma das dezassete Redes Sociais do Distrito de Coimbra, virmos a aderir a um Protocolo de Cooperação estabelecido entre a REAPN e as seguintes entidades: Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Delegação Regional do Centro, Governo Civil de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Estas entidades propuseram-se fazer um estudo, o Projecto de Investigação subordinado ao tema “O Impacto do (Des)emprego na Pobreza e Exclusão Social no Distrito de Coimbra”. A coordenação científica deste projecto vai estar a cargo do Professor Dr. Pedro Hespanha.

A adesão das Redes Sociais tem a ver com o facto de se vir a maximizar e a potenciar o conhecimento que cada uma das Redes Sociais já tem ao nível do Diagnóstico Social do Concelho para que, com cada um dos Diagnósticos Sociais, poderemos contribuir para a elaboração do Diagnóstico Social do Distrito de Coimbra para, posteriormente, poderem vir a ser desenvolvidas as estratégias e planificadas as políticas sociais a serem programadas naquele território.

Portanto, será esta a posição que iremos tomar no próximo Conselho Local de Acção Social, a nível do Plenário, no sentido de sermos, naturalmente, uma das Redes Sociais que pode vir a colaborar neste projecto de investigação.”

O Senhor Presidente referiu que: “enquanto Presidente do Conselho Local de Acção Social, irei propor que esse Conselho subscreva esse Protocolo de Cooperação... tenho, porém, uma dúvida técnico/jurídica, ou seja, se apenas vos dou conhecimento de que vou defender esta posição ou se, pelo contrário, devo



*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

propor-vos que aprovemos que, enquanto representante da Câmara Municipal, venha a defender esta posição. Na dúvida, proponho à Câmara Municipal que se aprove que eu, em sede de Conselho Local de Acção Social, defenda a posição que é a de subscrever este Protocolo de Cooperação que nos é proposto.

Assim, proponho à Câmara Municipal que aprove uma posição tendente a que, no Conselho Local de Acção Social, venhamos a subscrever este Protocolo de Cooperação.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.-----*

*O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho não participou na votação. -----*

**Ponto 6. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA**  
    **. Zona Industrial de Soure - Alteração do Plano de Pormenor**  
    **. Apreciação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
          ZONA INDUSTRIAL DE SOURE – PLANO DE PORMENOR (ALTERAÇÃO)

O procedimento de Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure foi desencadeado por deliberação camarária de 22.08.2001, e assentou nos seguintes objectivos e termos de referência: ampliação da zona industrial; alteração do modelo em que assenta este espaço de actividade económica e correcção do Plano de Pormenor de 1993 tendo em conta as edificações e infra-estruturas existentes antes da sua entrada em vigor<sup>1</sup>.

Concluído o período de acompanhamento, consubstanciado no parecer emitido por aquela entidade, através do ofício n.º 702773, de 23 de Junho de 2005, esta Câmara Municipal decidiu, por deliberação de 29.06.2005, proceder à abertura de um período de Discussão Pública, conforme Aviso publicado no Diário da República (II Série) em 02.08.2005, num Jornal de âmbito Nacional (Público), em dois jornais de âmbito Regional (As Beiras e Diário de Coimbra) e num Local (Popular de Soure) e divulgado na comunicação social (RJIGT<sup>2</sup>, n.ºs 4 e 5 do art. 77.º).

Terminado este período, e não tendo dado entrada nesta autarquia quaisquer reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, a Câmara Municipal deliberou em 14.09.2005 remeter à CCDRC a Versão Final para efeitos da emissão de parecer (final)<sup>3</sup> (RJIGT, art. 78.º).

Este parecer, deu entrada nos serviços desta autarquia em 22.02.2006, tendo-se aquela entidade pronunciado favoravelmente sobre a proposta de plano, permitindo, desta forma, submete-lo à apreciação e aprovação do órgão deliberativo do município<sup>4</sup> (RJIGT, art. 79.º).

Uma vez que a presente proposta implica também uma alteração do Plano Director Municipal, o mesmo terá de ser necessariamente submetido à ratificação<sup>5</sup> do Conselho de Ministros (RJIGT, n.º 8 do art. 80.º).

## *04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

Importa, por fim, referir que todo este processo sofreu inevitavelmente atrasos, motivados não só pelos interesses das empresas instaladas, como também pelo aparecimento de novos investimentos, que obrigaram a que a proposta de plano fosse por inúmeras vezes reavaliada, de forma a salvaguardar e conciliar os diversos interesses em jogo (quer públicos, quer privados).

Por outro lado, os objectivos inicialmente propostos e a ausência de uma caracterização rigorosa da situação, dado o processo “basista” em que assentou a ocupação desta zona de actividade económica, implicaram também, ao longo de todo o período de acompanhamento, a necessidade de desenvolvimento de diversos estudos, bem como a recolha de parecer das entidades que, segundo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDR), teriam obrigatoriamente de se pronunciar sobre a proposta de plano em análise, e que tiveram naturalmente repercussão naquilo que seria desejável em termos de prazo.

### **Procedimentos subsequentes:**

Após a aprovação pela Assembleia Municipal e antes da remessa à DGOTDU, para efeitos de ratificação, a Câmara Municipal remete à CCDRC uma colecção completa do plano acompanhada de cópia autenticada da deliberação da Assembleia Municipal que o aprova, pareceres das entidades consultadas e relatório da discussão pública <sup>6</sup>- bem como o parecer final da CCDRC emitido ao abrigo do n.º 1 do art. 78.º RJIGT -.

A CCDRC efectua a apreciação final de controlo, pronunciando-se expressamente e de forma fundamentada, sobre se o processo reúne as condições necessárias para prosseguir para ratificação, explicitando, designadamente, se o plano está conforme com as disposições legais e regulamentares em vigor, sendo o parecer remetido às câmaras municipais e à DGOTDU, para efeito de instrução do respectivo processo.

Recebido o parecer, a câmara municipal procede à instrução e envio à DGOTDU do processo completo do plano, para efeitos de ratificação (RJIGT, Art.ºs n.ºs 80º, 81º, 150º e 151º).

Aquela Direcção-Geral verifica a instrução e a conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes, atenta a apreciação final de controlo, efectuada pela CCDRC, e remete para o Governo para ratificação o plano, por Resolução de Conselho de Ministros, e posterior publicação da resolução e do plano em Diário da República, I Série. Não devendo, o prazo que medeia entre a data da aprovação do plano pela Assembleia Municipal e a sua publicação em Diário da República, ser superior a 6 meses<sup>7</sup> (RJIGT alínea c) do n.º 2 do Art.º 81.º).

Após a publicação do plano ratificado, a DGOTDU procede ao registo do plano e envia o número de registo para publicação em Diário da República (II Série) (RJIGT Art.ºs 150.º e 151.º).

O Plano de Pormenor deve ainda ser objecto de publicitação nos boletins municipais, caso existam, bem como em dois jornais de âmbito regional ou local e num jornal de âmbito nacional (RJIGT n.º 2 do Art.º 149.º).

### **Conclusão:**

Tendo em conta o exposto, sugerimos:

**Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação da presente proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do RJIGT<sup>8</sup>.**

## *04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

<sup>1</sup>Para uma melhor compreensão da Proposta de Plano, aconselha-se a leitura do Relatório que acompanha o Plano.

<sup>2</sup>Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

<sup>3</sup>O parecer da CCDR incide sobre a conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes, bem como, sobre a articulação e coerência da proposta com os objectivos, princípios e regras aplicáveis no município, definidos por quaisquer outros instrumentos de Gestão Territorial eficazes.

O parecer deve incluir uma informação técnica e jurídica sobre o Plano, cabendo a esta última exprimir, com base na informação técnica, a respectiva conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor.

<sup>4</sup>Com a aprovação do Plano pela Assembleia Municipal a fase de elaboração encontra-se concluída. Caso sejam introduzidas, pela Assembleia Municipal, alterações à Proposta apresentada, o Plano deverá ser novamente submetido a discussão pública, parecer final da CCDRC e aprovação pela Assembleia Municipal nesta situação, os prazos de discussão pública são reduzidos para metade (não podendo ser inferior a 11 dias) (RJIGT n.º 2 do Art.º 79.º)

<sup>5</sup> A ratificação é qualificada com um acto integrativo de eficácia, isto é, acto pelo qual um órgão, depois de verificar a conformidade de uma decisão prévia com determinados parâmetros, permite que essa decisão se tome operativa no mundo jurídico. Trata-se de um acto de controlo, que, nos termos legais, de destina a verificar a conformidade do Plano Municipal aprovado com as disposições legais e regulamentares vigentes, com outros Planos Municipais e com outros Planos, Programas e Projectos de interesse para outro Município ou supra Municipal.

Daí que se o Plano Municipal não tiver sido ratificado em Conselho de Ministros, não produz efeitos jurídicos.

<sup>6</sup> Despacho n.º 6600/2004, de 23 de Fevereiro, publicado no DR n.º 78, 2.ª Série, de 1 de Abril.

<sup>7</sup>Este prazo suspende-se no caso de devolução do Plano ao Município para reapreciação.

<sup>8</sup>Cfr. TB alíneas a) e b) do n.º 3 do Artigo 53.º e alínea a) do n.º 2 do Artigo 64.º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
22.02.2006

O Senhor Presidente referiu que: “este é um processo que tem tido alguma morosidade porque tem tido muito diálogo prévio entre o Dr. Marcus Tralhão, os técnicos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e mesmo com os empresários instalados na Zona Industrial de Soure. Basicamente o que nós tínhamos era um Plano de Pormenor de 1993 que já não reflectia, minimamente, a realidade existente na Zona Industrial e é preciso termos uma base legal que, não apenas normalize/regularize o que lá existe em termos urbanos, mas também a chamada zona de ampliação. O ano passado tínhamos aprovado na reunião de Câmara uma proposta que já vinha com o parecer favorável da CCDRC e depois aprovámo-la para efeitos de abertura do período de discussão pública. Esse período de discussão pública, que decorreu nos termos da lei, não nos trouxe qualquer tipo de acrescentos/sugestões/tomadas de posição e, dentro daquilo que a lei determina, decorrido o período de discussão pública, voltámos a colocar a questão à CCDRC, a qual emite, depois de verificar todos os pressupostos e mais alguns, o parecer favorável.

Fiz uma introdução histórico/política de tudo aquilo que é o Plano de Pormenor propriamente dito e penso que é muito mais fácil visualizarmos no placar.

Agora o que importa é que a Câmara Municipal aprove esta proposta no sentido de propormos à Assembleia Municipal que aprove esta alteração ao Plano de

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

Pormenor para que, aprovada na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, vá para a CCDRC para a Resolução do Conselho de Ministros.”

O Dr. Marcus Tralhão fez uma pequena explicação sobre a alteração do Plano de Pormenor.

O Senhor Presidente continuou dizendo: “acima de tudo, é uma inevitabilidade e é inadiável, o problema é que é um processo juridicamente complexo e houve que ter este conjunto de cautelas porque nenhuma Resolução em Conselho de Ministros aprova o que quer que seja se não levar os pareceres todos em ordem.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure. -----*

*Foi ainda deliberado submeter esta proposta à Assembleia Municipal. -----*

**Ponto 7. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
. PARQUE EÓLICO DE DEGRACIAS E RABAÇAL**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
PARQUE EÓLICO DE DEGRACIAS E RABAÇAL

A Enteventos - Energias Renováveis, Lda é, em parceria com o Grupo Enersis, SA<sup>1</sup>, a empresa promotora do empreendimento designado por “Parque Eólico de Degracias e Rabaçal”, situado no concelho de Soure, a norte do lugar e sede de freguesia de Degracias e da povoação de Quatro Lagoas, freguesia de Pombalinho.

A execução deste projecto teve de ser dividida em duas fases, já que uma parte significativa do mesmo foi implantado em **REN** (Reserva Ecológica Nacional), condicionante da sua localização e consequentemente a apreciação dos pedidos de autorização para instalação de uma unidade de produção de energia eléctrica, da responsabilidade do Ministério da Economia, bem como do licenciamento das obras de construção, da responsabilidade, por sua vez, da Câmara Municipal, uma vez que a ocupação destes solos obriga ao prévio reconhecimento do interesse público do empreendimento, nos termos e para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março.

Assim, numa primeira fase, para a qual a empresa já era titular de uma autorização emitida pelo referido Ministério da Economia, foi apreciado e deferido pela Câmara Municipal um pedido de licenciamento, para instalação de **dois aerogeradores** (para onde inicialmente estavam previstos três<sup>2</sup>) localizados em espaço classificado como **agrícola**, em área exterior a **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) e **REN**.

Por sua vez, após, naturalmente, ter sido **reconhecido o interesse público** do empreendimento por **Despacho Conjunto** n.º 734/2004<sup>3</sup> (DR, II Série, n.º 294, de 17.12.04), foi também, numa segunda fase, apreciado e deferido, por esta Câmara Municipal, outro pedido de licenciamento para a instalação de mais **9 aerogeradores** (para onde inicialmente estavam previstos dezasseis), em área classificada como **REN**.

#### *04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

Na verdade, não obstante se tratar de um investimento privado, a promoção das energias renováveis constitui hoje uma das prioridades das políticas de ambiente e de energia do Estado, pelo que estes projectos revestem, a esse nível, de um inegável interesse público. Daí que o Despacho Conjunto n.º 51/2004 (DR, II Série, n.º 26, de 31.01.2004)<sup>4</sup>, determine que as instalações de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, localizadas em **REN**, não abrangidas pelo regime jurídico de impacte ambiental<sup>5</sup>, possam implantar-se nestes espaços desde que precedidas de um Estudo de Incidências Ambientais, favorável ou condicionalmente favorável, implicando, o mesmo, obrigatoriamente e de imediato o **reconhecimento do interesse público**, nos termos atrás expostos (ver ponto n.º 8).

Não obstante o Despacho Conjunto n.º 51/2004, à semelhança do anterior Despacho n.º 11 091/2001 (MAOT), não o exigir, na sequência de um pedido dirigido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCRCD), quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal reconheceram, por **unanimidade**<sup>6</sup>, o interesse público do investimento para o concelho de Soure<sup>7</sup>, tendo sido invocado, designadamente, que:

- A instalação dos parques eólicos é hoje uma fonte de receitas para as autarquias. De acordo com o Decreto-Lei n.º 339-C/2001, de 29 de Dezembro, que alterou o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 168/99, de 18 de Maio, é estipulado o pagamento de uma renda de 2,5% aos municípios, pelas empresas detentoras de centrais eólicas implantadas na sua área, sobre o pagamento mensal feito pela entidade receptora de energia eléctrica produzida.

Há que referir que aquele diploma pretende “moralizar” o problema da complexa relação existente entre investidores e as autarquias, que até a entrada em vigor do mesmo exigiam contrapartidas pela instalação de estruturas nas suas áreas, apesar de nem sempre terem título para o fazerem, passando a estipular-se o pagamento de uma renda pela instalação de centrais eólicas nos respectivos concelhos, correspondente a 2,5% da receita bruta das centrais.

A este propósito, saliente-se que a exigência pela Câmara Municipal, ou por qualquer dos seus membros, de mais-valias não previstas na lei ou de quaisquer contrapartidas, compensações ou donativos confere ao titular da licença ou autorização para a realização da operação urbanística, quando dê cumprimento àquelas exigências, o direito a rever as quantias indevidamente pagas ou, nos casos em que as contrapartidas, compensações ou donativos sejam realizados em espécie, o direito à respectiva devolução e indemnização a que houver lugar (n.º 4 do art. 117.º do RJUE<sup>8</sup>).

- De acordo com a EDP, S. A, as infra-estruturas construídas, para entrada em funcionamento do parque eólico e sua ligação à rede eléctrica nacional, serão utilizadas na melhoria do serviço público que aquela empresa presta no concelho de Soure;
- Os parques eólicos têm originado um fluxo de pessoas nas localidades onde estão instalados, constituindo, deste modo, um contributo para as economias locais e para a divulgação do concelho e da região;
- Para além destes aspectos, a aposta na construção destes equipamentos deve ser também vista como uma aposta nacional de prossecução de políticas energéticas que passam pela redução quer da dependência externa<sup>9</sup>, através do aproveitamento dos recursos naturais, quer das emissões poluentes<sup>10</sup> que, não obstante o malogrado Protocolo de Quioto, nos devem a todos envolver.

Porém, a intervenção do município, em todo este processo, não se restringiu apenas ao licenciamento das obras e no reconhecimento do interesse público do empreendimento, tendo a Câmara Municipal procurado:

#### *04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

1. Arbitrar incompatibilidades verificadas, numa fase inicial, entre este projecto e outro apresentado pela empresa GIPAC, Lda., uma vez que previam a localização de aerogeradores tão próximos que inviabilizavam ambos os projectos;
2. Dar a conhecer as populações e em especial aos proprietários dos terrenos abrangidos pelo parque eólico o interesse que estes tipos de projectos podem revestir para o concelho<sup>11</sup> e para as localidades em particular;
3. Apoiar as (Juntas de) Freguesias, territorialmente abrangidas pelo empreendimento, nos acordos realizados com a empresa sobre imóveis que têm sob sua administração e que irão ser parcialmente afectos à instalação do parque eólico.

Importa referir que, só após as empresas interessadas terem garantido a esta autarquia, que teriam finalmente chegado a um acordo com as diversas partes interessadas em todo este processo, é que a Câmara Municipal e, sob proposta desta, a Assembleia Municipal se pronunciaram sobre o interesse público do investimento.

Relativamente ao processo de instalação do parque eólico de Pombal, verificamos que o mesmo assenta num ponto de partida diverso da do parque eólico instalado neste concelho.

Na verdade, prevê-se que este parque eólico irá ser implantado, na sua quase totalidade, em terrenos **baldios**, relativamente aos quais algumas Juntas de Freguesia se arrogam detentoras de poderes de administração sobre os mesmos (alínea m, n.º 6.º do artigo 34.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro), ao contrário do que sucede no concelho de Soure, onde os terrenos onde se encontra instalado o Parque Eólico são na sua quase totalidade propriedade de privados (apenas duas, das onze torres, estão implantadas em terrenos baldios).

Partindo deste contexto, e com vista à escolha dos potenciais interessados na instalação de um parque eólico, o município de Pombal, após celebração de um protocolo com as Juntas de Freguesia interessadas, recorreu à figura concurso público, que designou de “concurso por negociação para atribuição de licença de utilização para exploração de energia eólica na Serra do Sicó<sup>12</sup>, tendo, na sequência do mesmo, realizado dois contratos: um no qual o Município de Pombal concedeu à empresa que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa<sup>13</sup>, em regime de exclusividade, uma licença de utilização para exploração de energia eólica na Serra do Sicó e outro de cessão de exploração de terrenos baldios, outorgado entre a mesma empresa e as Juntas de Freguesia.

No que respeita ao concelho de Soure, as contrapartidas que advém para o Município pela instalação do Parque Eólico, é unicamente aquela que resulta da lei, ou seja, os 2,5%. Já no que respeita ao valor da renda pela ocupação dos terrenos baldios (com dois dos onze aerogeradores, como foi referido), o mesmo foi acordado directamente entre a Junta de Freguesia das Degracias e a empresa promotora do investimento, tendo os serviços do Município apenas intervindo no apoio à celebração do contrato de cessão de exploração.

Por último, não faz sentido qualquer comparação entre os contratos celebrados pelo Município e Juntas de Freguesia do concelho de Pombal com a empresa “adjudicatária” e o Protocolo estabelecido entre o Município de Soure e a empresa Entreventos - Energias Renováveis, SA, uma vez que este último se refere única e exclusivamente a um adiantamento, por conta, da renda que, por lei, o Município de Soure tem direito, sem lugar à realização de qualquer contrato.

<sup>1</sup> Empresa líder no sector da energia produzida a partir de fontes renováveis (Cf. rev. Água & Ambiente, Fev. 2004, n.º 63, Ano 6, pag. 20)

<sup>2</sup>O pedido de licenciamento prevê também a construção de um edifício de comando, e uma torre de medição e registos meteorológicos.

## *04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

<sup>3</sup>Do Ministro do Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho e do Ministério do Ambiente e do Orçamento do Território.

<sup>4</sup>Do Ministro da Economia e do Ministro das Cidades e do Ordenamento do Território e Ambiente.

<sup>5</sup>Tratando-se de um número inferior a 20 aerogeradores e não estando prevista a instalação dos meses em áreas designadas como sensíveis, o projecto não se encontra sujeito a qualquer estudo de impacto ambiental, nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio.

<sup>6</sup>Deliberações, respectivamente, de 20.02.2004 e 28.02.2004.

<sup>7</sup>Na verdade, não teria qualquer sentido para o estado reconhecer o interesse público de um projecto relativamente ao qual o Município poderia a partida inviabilizar no âmbito das competências que por lei lhe estão também atribuídas no domínio do ordenamento do território e do urbanismo. Daí que exista toda a vantagem em que os Municípios directamente interessados se pronunciarem previamente sobre os mesmos.

<sup>8</sup>Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

<sup>9</sup>Segundo texto recolhido no site da DGE “Em Portugal, a dependência energética do exterior é extremamente elevada, durante a década de noventa, importámos sempre mais de 80% da energia primária consumida. Não se regista actualmente em Portugal, a exploração de qualquer produto energético de origem fóssil. Sendo assim, as energias renováveis assumem um papel extremamente importante já que representam a totalidade da produção nacional de energia.”

De acordo com a directiva comunitária para a promoção da electricidade gerada a partir de fontes renováveis de energia estabelece que 39% de toda a electricidade consumida num país tem de provir até 2010 de fontes renováveis. Meta que parece estar em causa devido em grande parte à demora no licenciamento por parte do Ministério da Economia dos projectos - ver Jornal o Público de 9 de Fev. 2004, pag. 30 -.

<sup>10</sup>Cf. por ex. Resolução do Conselho de Ministros 59/2001 e 154/2001.

<sup>11</sup>De notar que de acordo com o Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio as entidades produtoras de energia eléctrica podem requerer à Administração Central ou às Autarquias Locais a expropriação por utilidade pública de bens imóveis ou direitos a eles relativos.

<sup>12</sup>Importa aqui referir que, do ponto de vista jurídico, a designação dada ao procedimento é errada e induz em erro quem não está familiarizado com estas matérias.

De facto, as autarquias locais podem consentir a utilização de bens do domínio público, para a produção de energia eléctrica, sem necessidade de recorrer à concessão, titulando esse consentimento através de licença, sendo pela utilização desses bens devida uma renda (n.º 1 e 2 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio). o que sucede é que os baldios não integram o conceito de bens do domínio público, pelo que o recurso àquela disposição não tem qualquer base legal. o correcto seria, em nosso entender, a abertura unicamente de um concurso público para a realização de um contrato de cessão de exploração de terrenos baldios para a instalação de um Parque Eólico.

<sup>13</sup>Que no caso em concreto, traduziu-se numa renda no valor de 17,1%, acrescida dos 2,5% a que se refere o Decreto-Lei n.º 339-c/2001, de 29 de Dezembro, que alterou o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 189788, de 27 de Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 168799, de 18 de Maio.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
21.02.2006

O Senhor Presidente referiu que: “entendi por bem fazer-vos chegar, não apenas aos Senhores Vereadores, mas também a todos os Deputados Municipais, um documento de natureza “histórico/jurídica” sobre o Parque Eólico de Degracias/Rabaçal.

Toda a minha concentração está, apenas e só, dirigida ao desenvolvimento do Concelho mas, como estarão lembrados, aquando da Tomada de Posse, entre outras coisas, disse que iria solicitar uma auditoria e que sentia a obrigação de clarificar/desmentir algumas matérias sobre a gestão municipal que haviam sido, em período de campanha, tratadas de forma que não correspondia à verdade.

Esta é uma informação histórico/ jurídica onde fica claro que a participação da Câmara Municipal de Soure no processo de licenciamento do Parque Eólico de Degracias/Rabaçal teve, exclusivamente, a ver com aquilo que a lei determina em termos de licenciamento de construção; os outros licenciamentos, como aliás decorre da lei, foram da responsabilidade do Ministério da Economia; houve previamente, dado que uma parte da localização era em REN, que aprovar uma declaração de utilidade pública para se ultrapassar a questão; foram matérias

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

aprovadas, estava eu com o mandato suspenso, por unanimidade na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. No capítulo da receita, a Câmara Municipal não subscreveu contrato algum com a empresa exploradora dos ventos, nem tem que o fazer porque não é proprietária dos terrenos, terá como receita, apenas e só os 2,5% mensais previstos na Lei.

O que está em causa é que a Câmara Municipal em momento algum negociou, acordou, aprovou qualquer contrato sobre preços de ventos. A Câmara Municipal licenciou obras e terá como receita o que decorre automaticamente da lei sem nenhum contrato, tendo feito o que todas as Câmaras Municipais fizeram neste domínio que é, ao abrigo dessa receita automática, subscrever um mero protocolo de adiantamento que não contratualiza nada, é um adiantamento sobre o que decorre de forma automática do que a lei prevê ser a receita do Município.

Este documento, com todo o respeito, clarifica em definitivo que a Câmara Municipal não negociou, nem mal nem bem, porque não é dona dos terrenos, é um documento que explica que, nos termos da lei, se a Câmara Municipal tivesse ido para além da lei, a Câmara Municipal e qualquer dos seus membros, e tivesse exigido mais valias não previstas na lei ou quaisquer outras contrapartidas, compensações ou donativos, estava a empresa em condições legais de exigir o seu reembolso. O contrário é que teria sido absolutamente anormal, é que nada havendo a negociar, que tivesse havido qualquer negociação.

Este é um documento que não pretende reeditar qualquer tipo de guerra política, é um cumprimento de uma promessa esclarecedora e clarificadora sobre aquilo que disse na Tomada de Posse mas é, acima de tudo, a reposição escrita, histórica, factual e jurídica da verdade sobre esta matéria.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “vimos na Ordem de Trabalhos este ponto, confesso que ficámos surpresos com a indicação deste ponto, não percebemos se estamos a tratar de uma informação dos serviços a pedido de vossa excelência, se é um parecer, qual é o cariz administrativo deste documento...”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “determinei ao Senhor Director de Departamento de Obras que fosse feita uma informação factual, histórico/jurídica sobre o processo do Parque Eólico. É a clarificação de um processo, que não querendo eu reeditar questões, foi mal tratado e que, tal como foi o meu compromisso político aquando da Tomada de Posse, tive o cuidado de, entre



*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

outras coisas, afirmar que iria desmentir aquilo que entendo terem sido questões concelhias que foram tratadas de forma mentirosa.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “qual é o sentido de análise que pretende que nós tenhamos deste documento, aprovação, tomar conhecimento...”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “é para tomar conhecimento... agora, é evidente que devo dizer que se um Vereador ou um Deputado Municipal afirmaram que os ventos foram mal negociados, na antevéspera das Eleições, que havia de facto um contrato, que percebam que, com todo o respeito, não há contrato nenhum, o que há é um Protocolo de adiantamento; que fizeram comparações sem sentido com contratos de arrendamento que, porventura, outras Câmaras pudessem ter feito... que contribuam para a clarificação, mesmo que tenham que admitir que, por défice de informação ou por outras razões, este assunto, de facto, foi mal tratado durante a campanha eleitoral, dando uma imagem muito negativa daquilo que teria sido o procedimento municipal adoptado em termos deste parque.

Quanto a este Parque Eólico a Câmara Municipal licenciou o que por lei tem que licenciar, não contratualizou porque nada tinha para contratualizar, não podia exigir o que a lei proibia.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “o que nos oferece dizer sobre esta matéria é que tomámos conhecimento e permitia-me que, sobre este tema, também pudéssemos incluir na Ordem de Trabalhos da próxima reunião aquilo que é, não uma oposição dos serviços sobre esta matéria, mas, no nosso modesto entendimento, a nossa contribuição para este debate.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “se os Senhores Vereadores entenderem que isto é apenas um lado da verdade, estão à vontade para o fazer, mas se chegarem à conclusão que, de facto, esta é a verdade e é distinta daquilo que em determinado período foi apregoado, muito satisfeito ficaria se fossem capazes de desmontar factualmente aquilo que vos foi distribuído...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “como deve compreender não é nossa preocupação virmos desmontar seja o que for, nós afirmámos, conforme vossa excelência referiu, em Campanha Eleitoral algum

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

conjunto de situações que, no nosso ponto de vista, não teriam tido o comportamento adequado. Aquilo que propomos é, se esse for o entendimento de todos os Senhores Vereadores, na próxima reunião de Câmara trazermos, de facto, aquilo que é a nossa posição baseada nos dados que obviamente temos na nossa posse e que possam ser enriquecedores para o debate sobre esta matéria.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “gostaria que na próxima reunião nos fizessem chegar qual o contrato em que se basearam para comparar o nosso processo com o de Pombal, dizendo que temos um contrato, e que tipo de negociação é que a Câmara Municipal teve na questão da exploração do Parque Eólico. Gostava que me esclarecessem porque razão é que a Câmara Municipal negociou mal os ventos e que contrato de arrendamento ou de cessão de exploração é que subscreveu. Nós não subscrevemos nenhum contrato que tenha que ver com exploração do que quer que fosse, subscrevemos um Protocolo de adiantamento de uma receita automática. Posso-lhe mostrar um quadro, distribuído aos munícipes de Soure, comparativo com um contrato de arrendamento ou de cessão de exploração, comparando ao mesmo nível um contrato de arrendamento com um Protocolo de adiantamento sobre contrato nenhum.

Acho que fica bem, por vezes, aceitarmos que as coisas não foram tratadas com verdade.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “pedia-lhe que essas conclusões as tirasse, se é que as quer tirar, na próxima reunião de Câmara.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “não tenho dúvidas sobre elas..., o repto que fica é que na próxima reunião nos apresentem elementos que contrariem o que consta desta informação histórica/jurídica.”

*Foi tomado conhecimento.*-----

**Ponto 8. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . ALCATROAMENTOS NOVOS
- . Estrada Feixe/Casal dos Bacos - 2.ª Fase
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES - REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

**04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006**

ALCATROAMENTOS NOVOS  
ESTRADA FEIXE / CASAL DOS BACELOS - 2ª FASE  
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 14.03.2001 a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
15.02.2006

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

**Ponto 9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**  
    **. OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS**  
    **. Freguesia de Pombalinho - Sabugueiro**  
    **. Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO  
OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS  
FREGUESIA DE POMBALINHO - SABUGUEIRO  
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 14.03.2001 a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a

**04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006**

que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
15.02.2006

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

**Ponto 10. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**  
    **. RECARGAS**  
    **. Homologações de Autos de Recepção Definitiva**  
    **10.1. Arruamentos na Freguesia de Samuel**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO  
          RECARGAS  
          ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE SAMUEL  
          HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 14.03.2001 a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
15.02.2006

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

**10.2. Arruamentos na Freguesia de Pombalinho - Malavenda e Cabeça da Corte**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

**04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006**

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

RECARGAS

ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE POMBALINHO, MALAVENDA E CABEÇA DA CORTE

HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 14.03.2001 a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
15.02.2006

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

### **10.3. Arruamentos na Freguesia de Pombalinho – Sabugueiro**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

RECARGAS

ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE POMBALINHO - SABUGUEIRO

HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 14.03.2001 a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
15.02.2006

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

**Ponto 11. RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIO**  
    . Agrupamento de Escolas de Soure  
    . Acordo de Cooperação

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “o Agrupamento de Escolas de Soure, no âmbito de um Programa de Transição para a Vida Activa, propôs à Câmara Municipal a celebração de um Acordo de Cooperação que visa a inserção de um aluno numa formação Pré-Profissional na Área da Mecânica Automóvel.

Trata-se de um aluno com características específicas em termos de algum insucesso escolar e foi entendido pela Escola, professores que o acompanham e encarregados de educação, que seria importante para o seu percurso escolar e social que tivesse um programa diferente em que, para além das áreas curriculares, tivesse acesso a uma formação mais prática, porque esta seria uma forma de o estimular e, provavelmente, contribuir para o sucesso escolar e para a integração na vida activa deste aluno que está no 7.º ano do 3.º CEB.

O Agrupamento de Escolas de Soure solicitou à Câmara Municipal que essa parte prática ocorresse nas oficinas municipais sendo considerada a Autarquia como um parceiro privilegiado no processo educativo, também neste âmbito.

Do que se trata é de aprovarmos a integração temporária deste aluno nas oficinas da Câmara Municipal. Ele terá um horário dividido entre a parte curricular, na turma em que está inserido e a parte prática, nas oficinas em contexto real de trabalho, acompanhado, naturalmente, por um responsável que articulará esta parte prática com a vertente curricular.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “penso que é uma proposta que deverá ter, da nossa parte, a abertura habitual e devemos disponibilizar as nossas diferentes áreas funcionais para propiciar estes estágios em contexto real.

O que eu proponho é que se aprove o presente Acordo de Cooperação que faculte/propicie este estágio de Formação Pré-Profissional.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente Acordo de Cooperação.-----*

*04.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 23 de Fevereiro de 2006*

**Ponto 12. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO //2006  
. Apreciação de Propostas de Alteração - 1.<sup>a</sup>/1.<sup>a</sup>-.**

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se da primeira alteração ao Plano e ao Orçamento e, sem prejuízo de poder haver um ou outro aspecto de pormenor sobre o qual me queiram colocar qualquer questão, referir que já o ano passado aprovámos doze pequenas alterações, porque é nosso entendimento que devem os serviços, mês a mês, controlar os graus de execução daquilo que está no Plano e no Orçamento aprovado, acima de tudo, em função dos ritmos de execução e de pagamentos que vierem a ser verificados.

Assim, esta proposta de alteração ao Plano e ao Orçamento não tem nenhuma alteração em termos de abandono de investimento, são meros ajustes em termos de cobertura orçamental aos ritmos de pagamentos e de execução dos investimentos.”

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar as propostas de alteração - 1.<sup>ª</sup>/ 1.<sup>ª</sup> -. -----*